



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Ciência Jurídica

Unidade curricular

Direito Administrativo

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paulo Manuel Cunha da Costa Otero – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não existiram outros docentes

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Como é próprio de uma unidade curricular no ensino pós-graduado, são seus objetivos proporcionar abordagens aprofundadas e monográficas aos temas da vanguarda científica, fomentando aptidões de investigação, de análise, de crítica e de debate desses temas, de forma a habilitar os participantes a tornarem-se protagonistas do progresso teórico nas suas áreas de especialização.

Como a designação "Mestrado" sugere, o resultado ideal deste grau de ensino é a aquisição de competências docentes, na dupla vertente de investigação e pedagógica, mas não se ignorará que, mesmo sem se perder de vista esse ideal e sem se lhe comprometer o alcance, a frequência desta unidade curricular pode constituir uma ocasião para a extensão, aprofundamento, crítica e consolidação de conhecimentos da parte daqueles que queiram manter ou renovar o contacto com a Universidade sem necessariamente terem no seu horizonte a carreira docente.

Para estes outros, o domínio de um ramo de saber, o contacto com o seu progresso científico, o desafio ao debate e à crítica, valerão como oportunidades para a consolidação de capacidades de investigação, de exposição e de síntese, a serem avaliados como investimentos em capital humano nos respetivos setores profissionais

Conteúdos programáticos

**Tema: *Revogação, anulação e sanção de atos administrativos***

### ***Programa***

§1º - Introdução: os traços essenciais do sistema jusadministrativo português

§2º - Princípios gerais fundamentadores da revogação, anulação e sanção

2.1. Da reposição da juridicidade à melhor prossecução do interesse público: entre a legalidade e a boa administração

2.2. Do aproveitamento ou conservação dos atos à economia de meios: entre a legalidade e a racionalidade do agir administrativo

2.3. Da unilateralidade à informalidade bilateralizadora da decisão: o lugar dos atos consensuais

2.4. (...)

§3º - Revogação dos atos administrativos

3.1. Competência



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- 3.2. Limites
- 3.3. Forma e formalidades
- 3.4. Vicissitudes
- 3.5. (...)
  
- §4º - Anulação administrativa
- 4.1. Competência
- 4.2. Limites
- 4.3. Forma e formalidades
- 4.4. Vicissitudes
- 4.5. (...)
  
- §5º Sanação administrativa
- 5.1. Ratificação
- 5.2. Reforma
- 5.3. Conversão
- 5.4. (...)

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Proporcionar abordagens aprofundadas e monográficas aos temas da vanguarda científica, fomentando aptidões de investigação, de análise, de crítica e de debate desses temas, de forma a habilitar os participantes a tornarem-se protagonistas do progresso teórico nas suas áreas de especialização.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

- Realização de apresentações orais de temas escolhidos, com discussão posterior;
- Elaboração de relatório escrito sobre um tema escolhido dentro de uma lista previamente facultada;
- Realização ainda de um pequeno trabalho escrito de reflexão sobre um tema comum a todos os alunos;
- O desempenho oral e escrito do aluno é ponderado numa nota final unitária.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino praticada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa permite aos estudantes:

- Desenvolver e aprofundar conhecimentos em matérias lecionadas no 1º ciclo;
- Abertura a novos ramos do conhecimento jurídico;



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- Aprofundar a capacidade autónoma de investigação.

Bibliografia principal

AMARAL, Diogo Freitas do Amaral

- *Curso de Direito Administrativo*, II, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2016.

CAETANO, Marcello

- *Manual de Direito Administrativo*, I, 10ª ed., reimp., Almedina, Coimbra, 1980.

OTERO, Paulo

- *Direito do Procedimento Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2016.
- *Legalidade e Administração Pública: o sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, 2ª Reimp. Almedina, Coimbra, 2011.

SOUSA, Marcelo Rebelo de; MATOS, André Salgado de

- *Direito Administrativo Geral*, III, Lisboa, 2007.